

Grupo de Cartagena, um clube de devedores. Sim ou não?

Um "clube de devedores". É como está sendo chamado o grupo de países que formam o Grupo de Cartagena e que se reuniu nesta semana em Montevideu. A definição foi dada por um funcionário da chancelaria argentina, contra a opinião do próprio ministro da Economia de seu país, Juan Sourrouille, que recusa taxativamente aquela definição. Mas outros diplomatas presentes à reunião na capital uruguaia admitem que a expressão não está muito longe da verdade.

"O nome não tem importância", comentou o chanceler do Uruguai, Enrique Iglesias. "O que interessa é que formamos o Consenso de Cartagena."

Os países-membros do grupo adotaram a palavra "consenso" para designar suas ações conjuntas. Mas a ênfase na questão da dívida acaba por dar razão ao funcionário que criou a expressão "Clube de Devedores". O próprio documento final distribuído anteontem, como conclusão da reunião, denominado "Declaração de Montevideu", com o sub-título "Propostas de Emer-

gência para as Negociações sobre Dívida e Crescimento", é uma prova desse novo enfoque.

Já em sua primeira frase, o documento é dramático: "Nos últimos cinco anos, os níveis de vida dos latino-americanos retrocederam uma década". E segue, de forma desesperada: "O ajuste mais severo que se tente fazer em qualquer dos nossos países não chega a compensar o serviço da dívida externa".

O documento não aceita o Plano Baker, justificando que essa proposta norte-americana de ajuda aos países endividados não menciona a questão dos juros bancários. E propõe o retorno das taxas a seus níveis históricos, com a redução dos lucros dos bancos. "Estudamos as séries históricas de juros entre 1900 e 1980 e advertimos que são inferiores em cinco ou seis vezes às que estamos pagando agora", diz o texto.

Os onze países que compõem o Grupo de Cartagena propõem também o aumento dos fluxos de fundos para os países pobres, citando cifras muito superiores às do Plano

Baker. Segundo o documento de Montevideu, seriam necessários créditos entre US\$ 60 e US\$ 110 bilhões para aliviar a situação da América Latina (Baker propõe US\$ 29 bilhões para 15 países, incluindo de outros continentes). Além disso, seria preciso que os créditos fossem pagos a juros menores, com limitação das transferências de fundos para os países ricos e sem medidas comerciais protecionistas por parte dessas nações.

Depois de alinhar essa proposta, a "Declaração de Montevideu" faz uma advertência clara: "Se essas medidas não forem adotadas, a região se verá obrigada a limitar suas transferências líquidas de recursos, para evitar maior instabilidade social e política".

Entre os delegados presentes à reunião, é crença comum que esse tipo de encontro não soluciona o problema da dívida. Mas está claro que o Grupo de Cartagena se transformou num interlocutor imprescindível, qualquer que seja a reação dos credores. Os devedores não esperam respostas rápidas a essa to-

mada de posição, mas estão certos de que essas respostas virão num prazo breve.

Mas isso não é tudo. A reunião de Montevideu aprovou também a formação de um "comitê de seguimento", formado por Brasil, Argentina, Colômbia, México e Venezuela, cuja função será acompanhar a execução da proposta e sugerir alternativas caso não se alcancem objetivos mínimos. Até a próxima reunião do grupo, prevista para março e abril também na capital uruguaia, os devedores esperam já ter atingido pelo menos alguns desses objetivos.

Na Argentina e no Uruguai a imprensa refletiu as posições assumidas pelo Grupo de Cartagena com otimismo, apolando as propostas apresentadas. "Réplica ao Plano Baker", dizia uma manchete de La Razón, de Buenos Aires. A Argentina, aliás, foi o centro das atenções durante a reunião. E foi também o país que enviou maior número de jornalistas para cobrir o encontro.

**Hugo Martinez,
enviado especial.**